

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**MARIA DE LURDES DELMONDES**

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA ESPANHOLA PARA A TRANSFORMAÇÃO  
CULTURAL E CIDADÃ DOS ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO COLÉGIO  
PRESIDENTE ROOSEVELT**

**CURITIBA  
2016**

**MARIA DE LURDES DELMONDES**

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA ESPANHOLA PARA A TRANSFORMAÇÃO  
CULTURAL E CIDADÃ DOS ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO COLÉGIO  
PRESIDENTE ROOSEVELT**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Maria Cristina T.D.Rau  
Tutora: Polyana Lunelli

**CURITIBA  
2016**

## **A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA ESPANHOLA PARA A TRANSFORMAÇÃO CULTURAL E CIDADÃ DOS ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO COLÉGIO PRESIDENTE ROOSEVELT**

**Maria de Lurdes Delmondes**

### **RESUMO**

O presente artigo teve como objetivos analisar como o cidadão se percebe participante de um grupo social a que está inserido e como a cultura da língua espanhola pode ser um instrumento construtivo na formação do cidadão. A pesquisa tem ainda como meta analisar a importância da língua espanhola com alunos do 6º ao 9º ano do Colégio Presidente Roosevelt em Guaíra-Paraná, sua relevância no que diz respeito a melhoria de vida para as classes populares, uma vez que a escola deve incentivar práticas pedagógicas e metodologias que impulsionem os mesmos a uma transformação emancipadora. O Brasil e Espanha participam entre si de importantes ligações econômicas uma vez considera-se o Brasil como o receptor de investimento espanhol, citando assim investimentos de grandes empresas multinacionais da área de telefonia, setor financeiro, entre outras. Por intermédio de tais investimentos econômicos criou-se também intercâmbio econômico e cultural. A base para a elaboração deste artigo teve como fundamentação os estudos de Moreno Fernandez (2005), Sedycias (2005) e Benedetti (2005). Desenvolveu-se pesquisa bibliográfica, por meio de literaturas específicas relacionadas ao assunto e pesquisa online sobre: quem são os responsáveis para se amenizar a pobreza, de modo que se possa trabalhar umas bases mais sólida que leve a construção da verdadeira cidadania sobre o assunto para analisar questões relacionadas ao tema: “A importância da língua espanhola para a transformação cultural e cidadã que emergiu a partir de trabalhos pedagógicos com alunos da 6º ao 9º ano do Colégio Presidente Roosevelt”. Dessa forma conclui-se que o uso da língua espanhola no currículo escolar do Colégio Presidente Roosevelt atua como potencial agregador no que diz respeito a inclusão sociocultural e profissional dos alunos, garantindo melhor qualidade de ensino preparando-os para atuar como cidadãos aptos a enfrentar a realidade social que os cerca.

Palavras-chave: Educação e Pobreza, Cidadania, Língua Espanhola.

## 1-INTRODUÇÃO

Durante as aulas de espanhol no Colégio Roosevelt de Guaíra-PR, constatei que trabalhar língua espanhola seria um desafio, pois teria que incentivar os alunos a participar, compreender e se sentir parceiros do processo ensino-aprendizagem. Para melhorar essa parceria, juntos, buscamos primeiramente analisar a importância de um segundo idioma, a urgência do mesmo para o crescimento profissional uma vez que somos fronteira com o Paraguai uma vez que se trata de um objetivo amplo de construção de saberes e traz consigo a inclusão pela linguagem.

Constata-se que dentre as políticas sociais, a educação atua sobremaneira no sentido de auxiliar na formação o cidadão. Faz-se urgente que o diálogo entre a teoria e a prática, exercendo um novo formato de educação, cidadã e participativa de modo que venham a atuar conscientemente e construir uma comunidade autêntica que atua e transforma a própria história.

Dessa forma as questões sociais não são vistas apenas como éticas e morais, elas são também vistas como uma questão, a história de vida do educando, sendo também uma questão política, onde recursos básicos tais como: saúde, educação são apontados como causas que alavancam o agravamento e distanciamento dos direitos e estão ligados ao processo de subdesenvolvimento e não implementação de políticas adequadas a sociedade. Ao desenvolver tais políticas sociais, motivar a participação e oportunizar o cidadão no uso de seus talentos e habilidades, cumpre o papel primordial de crescimento pessoal, intelectual e financeiro que o mesmo necessita para atuar positivamente em sociedade.

Compreende-se o processo de cidadania não mais, apenas ter direito a participar da vida privada e pública, ou estar ciente da elaboração de leis e demais ações que envolvam a participação velada. Assim pode-se ler em Brasil (2007), que cidadania vai além, está ligada ao processo de se ter um sistema educacional que emancipe o cidadão, que oportunize processos de igualdade, social, profissional, educacional e participação ativa. De modo que essa atuação possibilite amenizar estados de pobreza pelos quais parcela da população ainda está sujeita.

Porém, torna-se imperativo compreender o que é pobreza? Que, na visão de Guiddens (2005), compreendeu-se assim que a pobreza relativa define como pobres, àquelas pessoas que são ou estão situadas numa camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas que estão mais bem posicionadas, ou seja, classifica como

pobres pessoas que tem menos de algum atributo desejado sejam eles: renda, condições favoráveis de emprego, moradia ou poder.

Outro enfoque é a conceituação de pobreza absoluta, é descrita como um padrão mínimo de vida necessário à sobrevivência humana como as “necessidades básicas”, tais como: alimentação, moradia, serviços públicos, vestuário. Isso torna essencial para que o homem se manter vivo e em sociedade.

Existe cerca de 1,5 bilhão de pessoas vivendo na pobreza, segundo Relatório para o Desenvolvimento Humano da ONU (Organização das Nações Unidas) citado por Crespo (2014). Referem-se tais números ao que a ONU chama de pobreza multidimensional, um conceito que leva em conta não apenas a renda, mas o acesso dos indivíduos e famílias a serviços básicos como educação e saúde.

Dessa forma, analisa-se por meio desta pesquisa como o cidadão se enxerga enquanto grupo social a que pertence? O que é pobreza, porque o mesmo sente-se pobre, o que é não ser pobre? Argumenta-se ainda sobre: quem são os responsáveis para se amenizar a pobreza de modo que se possa trabalhar uma base mais sólida que leve a construção da verdadeira cidadania? Respondendo a essa questão cita-se Muniz; Cavalcante (2009):

No Brasil, somado a esses fatores, agrega-se a nova necessidade de ensino de E/LE, o que implica na formação de professores, na elaboração de material didático adequado à situação nacional e no estímulo ao aprendizado novo processo. É preciso evitar, portanto, uma mera transmissão de conhecimentos voltada apenas para a estrutura básica da língua, sem agregar leitura, cultura, comunicação para melhor situar o papel da escola na organização dos aprendizes dessa nova língua (MUNIZ;CAVALCANTE, p. 53, 2009).

Assim,citando ainda Muniz;Cavalcante (2009), a escola capacita-se a exercer seu papel como formadora de cidadãos capazes de interagir com a realidade social a que esta inserido.

Dentro desse cenário, a escola ganha uma dimensão ainda mais relevante na formação de cidadãos críticos e preparados para agir em várias instâncias sociais. Para alcançar esse objetivo, é preciso criar formas de inserir os estudantes em práticas sociais de letramento que incluam não só a língua materna, mas as línguas estrangeiras, visando a formação escolar adequada às novas demandas sociais e profissionais que esses indivíduos terão, ademais de promover o sentimento de inclusão frequentemente associado ao conhecimento de línguas estrangeiras (MUNIZ; CAVALCANTE, p. 53, 2009).

Este trabalho se justifica pois, a pobreza não é na maioria das vezes entendida em sua profundidade, crianças e adolescentes que convivem desde cedo com aspectos ligados a vulnerabilidade, falta de acesso ao conhecimento, ausência de formação profissional, escassez de recursos e desrespeito a cidadania tendem a conviver amigavelmente com tais situações achando-as normais, por isso este trabalho se justifica pois, ele terá como meta analisar “a importância da língua espanhola para a transformação cultural e cidadã dos alunos da 6º ao 9º ano do Colégio Presidente Roosevelt”.

## 2. EDUCAÇÃO E POBREZA

Sabe-se que a educação atua como uma atividade mediadora no seio da prática social global. o exercício da cidadania por meio da educação se faz de forma sustentável, pois prepara o homem para o auto conhecimento, processo que o leva adiante, para o conhecimento e possivelmente para processos avançados de crescimento genuíno.

As políticas públicas são importantes para alavancar questões voltadas a cidadania aliando-se a isso um sistema educacional estruturado, professores com formação adequada, bons salários, equipamentos educacionais e boas praticas pedagógicas, bem como inserir cultura digital na educação.

Pode-se citar os programas sociais no enfrentamento a pobreza. O Programa Bolsa Família-PBF consiste em promover a proteção social às famílias que se encontram na situação de pobreza e extrema pobreza e que se encontram em uma situação de vulnerabilidade (CUNHA,2009). Ação que veio como um paliativo,para atender situações emergenciais,mais uma vez a família e a educação precisam estar presente para que o processo ocorra, enquanto paliativo o programa Bolsa família, o mesmo não pode ocorrer com a família e a educação,onde o processo de formar e educar deve ser permanente.

Fator que se comprova diante das obrigadoriedades para se integrar ao programa Bolsa família, inclusão e manutenção das crianças de classes menos favorecidas na escola.

Geralmente se constata que a maioria dos cidadãos que se encaixam no patamar de pobreza/sentir-se pobre, são pessoas vindas de famílias com pouca formação educacional, as mesmas trazem consigo o estigma de aceitar a pobreza como fato comum e inerente a sua existência. Assim para Panzini; Rego (2005, p 27) “as crianças só poderiam escapar a esse tipo de formação familiar através da ação da escola”. Sabe-se, no entanto, que a maioria das escolas não se preocupa e sequer considera relevante educar jovens para fazer deles cidadãos ativos politicamente.

Assim, a educação é entendida como instrumento, como um meio, como uma via através da qual o homem se torna plenamente homem apropriando-se da cultura, isto é, a produção humana historicamente acumulada. Nesses termos, a educação fará a mediação entre o homem e a ética permitindo ao homem assumir consciência da dimensão ética de sua existência com todas as implicações desse fato para a sua vida em sociedade. Fará, também, a mediação entre o homem e a cidadania, permitindo-lhe adquirir consciência de seus direitos e deveres diante dos outros e de toda a sociedade contribuindo para a sua transformação

(SAVIANI, 2000).

Quando se faz necessário tramitar documentos a quantidade de papéis, assinaturas, carimbos, funcionários (as), fotocópias, e-mails, ramais, exames médicos, escritórios, filas, boletins de ocorrência e senhas são necessárias para acessar tais ações, aparentemente simples (BRASIL,2014). Se a pessoa não tem conhecimento, não sabe ler, como ela terá acesso a tais direitos? Qual seria então a primeira ação do Estado com relação a um cidadão que tem tais dificuldades?

Seria então a educação a palavra chave para se vencer tais dificuldades?

Para que o processo de educação e cidadania aconteça e atinja os quatro pilares da Educação propostos pela UNESCO, que são: Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a conviver com o outro e a Aprender a ser, faz-se necessário o exercício, da capacidade de comunicação dos membros, que compõe a rede da Educação (família, escola, mídias e sociedade), onde cada qual esteja preparado para cumprir seu papel (MARTINELLI, 1996). Para se vencer o estado físico da pobreza, se faz urgente vencer o estado mental implícito no cidadão atual.

No que tange a participação de todos no processo de educar para a cidadania e não pobreza diferentes autores se manifestam a respeito defendendo a educação como fator prioritário.

Segundo TIBA (2006, p. 16), nos últimos anos, a Educação deixou de ser prioritária nos programas políticos; por isso, o sistema escolar começou a entrar em falência, deixando de atingir suas metas, quaisquer que fossem. Os maiores prejudicados, claro, foram os professores e os alunos. Assim devido a esse fato afirma ainda (TIBA,2006,p.17), a maioria dos professores em atividade hoje não teve no seu currículo profissional capacitação para exercer o papel de formador da personalidade do aluno. Para (LINTON, 2000), a família possui um grande valor no processo de socialização do homem e no surgimento do direito.

É fato que um processo educacional adequado no seio familiar auxilia no processo de amadurecimento social.

Para IAN (2009), em seu livro “Criança o Futuro do Brasil”, parecer da pesquisadora Adriana Ramos, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde a mesma descreve como simplista o fato afirmar que apenas a educação pode resolver todos os problemas, sem o trabalho conjunto, família, estado e sociedade, a escola tem seu papel restrito no que diz respeito a resolução dos problemas voltados a pobreza, uma vez que atualmente, faz-se urgente ensinar o aluno a aprender e apreender, levando em conta

fatores tais como inteligência emocional, valores, ética, ações que são conjuntas e não dissociadas.

Embora educação e ética se relacionem desde os primórdios da civilização, existe ainda certa distância entre a teoria e a prática.

Na opinião de Setúbal (2000), a escola como instituição busca através de seu ensino, que seus alunos possam assumir a responsabilidade por este mundo. Ultrapassa os desejos individuais e esta responsabilidade só poderá advir, através do enlaçamento entre conhecimento, e ação, entre o saber e as atitudes, entre os interesses individuais e sociais.

Os cidadãos podem construir em uma relação de troca, de parceria que possibilita a todos educar e serem educados. É fundamental que tenham consciência que esse ato implica em direitos e deveres.

Para Barros, Henriques e Mendonça (2000, p.125), “ a pobreza quando analisada na dimensão de insuficiência de renda, responde a dois determinantes imediatos: a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes”. Assim, a má distribuição de recursos impulsiona o processo de vulnerabilidade do cidadão.

Uma das maneiras adotadas pelo governo brasileiro para amenizar tal problema foi intensificar os programas de transferência de renda,

Embora os programas de transferência de renda sejam considerados políticas públicas importantes para a amenizar a pobreza no Brasil. Constata-se que alguns autores argumentam que esses programas não atuam de maneira eficaz pois não suprem as reais necessidades a que se propõe.

Dentre as justificativas para o efeito limitado dessas políticas, Schwartzman (2006), argumentam que tanto o pequeno volume dos recursos transferidos para cada família quanto à má gestão dos programas seriam também responsáveis pela baixa redução na pobreza.

Citando Lavinias e Varsano (1997), os mesmos concluem sobre a necessidade de se criar políticas complementares de educação e de geração autônoma de renda não os oportunizando com qualificação para que as famílias assistidas não retornem a condição de pobreza, uma vez terminando tais programas assistenciais os mesmos não se tornem apenas paliativos temporários, não sendo portanto programas efetivos de combate a pobreza.

Faz-se necessário programas educativos, cursos sobre geração de renda para que consigam dar continuidade ao processo de emancipação.

Há também autores que pregam ser positivos tais programas assistenciais do governo, dentre eles pode-se citar Rocha (2008), onde o mesmo afirma que segundo pesquisas do PNAD (2004), os cidadãos beneficiados qualificam tais transferências como relativamente boa.

Ainda citando estudos realizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - (2004), a proporção de pobres (número de pessoas abaixo da linha de pobreza) no Brasil reduziu-se substancialmente nas últimas três décadas.

Em análise sobre redução de pobreza destaca-se Barros et all (2006), onde os autores estimam que a renda do trabalho foi responsável por cerca de 47% da redução da desigualdade de renda per capita no período 2001 a 2004, enquanto a renda não advinda do trabalho por adulto foi responsável por 36% dessa redução.

Constata-se que a exclusão social é um conjunto de problemas que levam ao isolamento/afastamento de uma pessoa da sociedade em que está inserida, ou de um determinado grupo. Para Damas (2010), segundo o sociólogo Robert Castel, a exclusão social é o ponto máximo da marginalização, sendo um processo em que o indivíduo se vai afastando progressivamente da sociedade, até ao isolamento total.

Assim é a educação, a valorização do ser humano e a melhor distribuição de renda é fator importante para se vencer o processo de exclusão que potencializa a pobreza e violência social pois, uma vez valorizado e educado corretamente e qualificado para o trabalho o cidadão potencializa o enfrentamento a pobreza.

A pobreza leva a falta de instrução, sem educação e instrução as pessoas não são capazes de vivenciar horizontes de crescimento pessoal e profissional, ficando assim, à margem da sociedade, como afirma Pinzani; Rego (2010). O trabalho, além de ser um meio de sobrevivência é também fonte de identidade pessoal do ser humano, uma vez que garante renda e acesso aos bens mínimos essenciais e promove a inserção do sujeito na comunidade em que vive, dotando-o de dignidade.

O fato de sentir-se pobre esta ligado a falta de valorização, baixa-autoestima e a não transformação. A autoestima é um aliado muito poderoso que permite as maiores conquistas na vida. Acreditar no próprio potencial, eis uma lição que as famílias e a escola não esta aplicando em seus ensinamentos e currículos.

Na revista Veja (Edição 2311, ano 46, nº 10, 6/3/2013, p.20), o economista Claudio de Moura Castro, trouxe abordagem onde descreve relações entre educação e sucesso na vida profissional. Segundo Cardam (2010), quanto mais o profissional agrega

cursos, progressivamente, em sua iniciativa de educação continuada, mais sucesso ele consegue em sua atividade profissional, resultando em melhores salários, em progressão funcional ou, até mesmo, em mudança de carreira.

## 2.1 A formação do cidadão no contexto da escola

A ação formativa do cidadão deve perpassar por movimentos tecnológicos, currículos eficientes, lembrando-se ainda do papel fundamental da atuação do aprendiz e dos familiares, são diferenciais que tornarão o esforço positivo.

Dessa maneira, faz-se necessário observar que à medida que as sociedades tornam-se mais desenvolvidas, o “necessário à sobrevivência”, não se restringe somente à alimentação adequada digna, posição social, ou seja, o mínimo necessário, mas elevou-se a um nível que produtos como tais como: carros, refrigeradores, computadores, telefones, máquinas, que antes eram tidos como artigo de luxo, tornaram-se hoje necessidades básicas e indispensáveis nas sociedades modernas para se ter uma vida plena e ativa (SOUZA; PRADO; FREITAS, 2014).

Na opinião de Adorno (1995, p. 5):

Pessoas que se enquadram cegamente no coletivo fazem de si mesmos meros objetos materiais, anulando-se como sujeitos dotados de motivação própria. Inclui-se aí a postura de tratar os outros como massa amorfa. Uma democracia não deve apenas funcionar, mas sobretudo trabalhar o seu conceito, e para isso exige pessoas emancipadas. Só é possível imaginar a verdadeira democracia como uma sociedade de emancipados.

Emancipar-se é propiciar a si mesmo a liberdade, de expressão, ação e sobrevivência, transformando-se num sujeito autônomo, que desvele os mecanismos da opressão e transforme coletivamente e verdadeiramente a si mesmo e a sociedade em que se insere.

Para Freire (2005), emancipação ganha o significado de humanização. Humanização essa que se opõe e luta contra a desumanização. Deve-se, portanto, elaborar um pensamento que fundamenta uma educação para a emancipação, reconhecendo a autonomia do sujeito racional, que tem conhecimento e liberdade, e que coletivamente, sem negar os saberes construídos na experiência, pode romper com a estrutura social opressora e construir uma sociedade emancipada.

Não basta criar uma noção de estado livre e emancipado, quando o cidadão não se percebe como tal.

A hipótese que sustenta a argumentação é a de que, no Brasil, a pobreza de parcelas significativas da população e a extrema desigualdade que vêm marcando a sociedade colocam importantes dificuldades para a ampliação da coesão social e para a reprodução da estabilidade e legitimidade do regime democrático (DELGADO, 2005).

Assim quando se fala em democracia pede-se ações concretas no que diz respeito a proporcionar ao cidadão condições que o levem a produzir e a agir em uma sociedade com conhecimento e não pela alienação.

“Estado Democrático” é aquele que garante o direito às liberdades civis e aos direitos humanos. Ele é dito “de Direito” porque as garantias estão baseadas na utilização de um sistema jurídico, de leis, que as mantém e as defende (BRASIL, p. 60, 2007). Porém para que esse estado democrático se faça é necessário que o cidadão tenha “de onde vir , para onde ir“. A questão da formação democrática é uma teoria, ainda não posta totalmente em prática na atual sociedade Brasileira.

Dentre os desafios enfrentados nas últimas décadas esta a meta em melhorar a qualidade da educação nas redes municipais e estaduais. Como se dará o processo é fator primordial para o sucesso, cita-se como maneiras ideais fazê-lo, envolvendo educadores, economistas, professores, cientistas políticos, psicólogos e o público em geral.

Sabe-se que na escola e em família se deve dar ênfase necessária ao desenvolvimento de algumas habilidades, traços de personalidade ou caráter, como determinação, autocontrole, persistência, curiosidade e inteligência social. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é esclarecido a importância do ensino e da aprendizagem dos valores na educação escolar. A formação de valores juntamente com a cidadania é a principal meta de uma escola realmente democrática e popular que pode levar ao processo de cidadania e emancipação do ser humano como um todo, ao se fragmentar, compartimentar o processo educativo consegue-se apenas fragilizá-lo sem jamais alcançar os resultados esperados. Como diz sabiamente Viviane Mosé: A escola deve ensinar a ler o mundo.

Somente assim, é possível formar novas atitudes e novos valores voltados à cooperação democrática entre os diferentes atores políticos, alargando e aprofundando as expectativas cívicas dos(as) cidadãos(às). Os(as) agentes públicos(as) que operam políticas de cidadania devem agir como pedagogos(as) de um Estado Democrático de Direito<sup>10</sup>, que se funda, antes de tudo, no respeito à cidadania (SECADI/MEC, p.18, 2014).

## 2.2 A Cultura Espanhola e a Aquisição da Língua Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná

Historicamente descrevendo, constata-se que a inclusão de línguas estrangeiras no Brasil sempre esteve entre os princípios dos colonizadores, até porque o entendimento entre a população se dava por meio de diferentes idiomas.

As orientações curriculares para Línguas Estrangeiras tem como objetivo: retomar a reflexão sobre a função educacional do ensino de Línguas Estrangeiras no ensino médio e ressaltar a importância dessas; reafirmar a relevância da noção de cidadania e discutir a prática dessa noção no ensino de Línguas Estrangeiras; discutir o problema da exclusão no ensino em face de valores “globalizantes” e o sentimento de inclusão frequentemente aliado ao conhecimento de Línguas Estrangeiras; introduzir as teorias sobre a linguagem e as novas tecnologias (letramentos, multiletramentos, multimodalidade, hipertexto) e dar sugestões sobre a prática do ensino de Línguas Estrangeiras por meio dessas (BRASIL, 2006).

Lê-se em Paraná (2008), citando Cook (2003), que os movimentos migratórios e o comércio internacional da época como fatores responsáveis pela mudança do perfil dos aprendizes que ora se apresentavam. O surgimento deste método foi uma primeira tentativa de conceber a língua como um fenômeno particular, compartilhado com outros falantes da mesma língua.

Com o objetivo de melhorar a instrução pública e de atender às demandas advindas da abertura dos portos ao comércio, D. João VI, em 1809, assinou o decreto de 22 de junho para criar as cadeiras de inglês e francês.

A partir daí, o ensino das línguas modernas começou a ser valorizado. Em 1837, ocorreu a fundação do Colégio Pedro II, primeiro em nível secundário do Brasil e referência curricular para outras instituições escolares por quase Língua Estrangeira Moderna 39 um século. O currículo do Colégio se inspirava nos moldes franceses e, em seu programa, constavam sete anos de Francês, cinco de Inglês e três de Alemão, cadeira esta criada no ano de 1840. O modelo de ensino de línguas instituído por esse Colégio se manteve até 1929. Nele, o Francês era o idioma priorizado por representar um ideal de cultura e civilização, seguido do Inglês e depois do Alemão, por possibilitarem o acesso a importantes obras literárias e serem consideradas línguas vivas. A partir de 1929, o Italiano também passou a compor o currículo até 1931 (PARANÁ, P, 38, 39, 2008).

No Estado do Paraná, a partir década de 1970, tais questões geraram movimentos de professores insatisfeitos com a reforma do ensino. Esses movimentos ecoaram no Colégio Estadual do Paraná, fundado em 1846, o qual contava com professores de latim, grego, francês, inglês e espanhol. Uma das formas, então, para manter a oferta de línguas estrangeiras nas escolas públicas após o parecer n. 581/76, bem como a tentativa de superar a hegemonia de um único idioma ensinado nas escolas, foi a criação do Centro de Línguas Estrangeiras no Colégio Estadual do Paraná, em 1982, que passou a oferecer aulas de inglês, espanhol, francês e alemão, aos alunos no contra turno. O reconhecimento da importância da diversidade de idiomas também ocorreu na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a partir de 1982, quando foram incluídas no vestibular as línguas espanhola, italiana e alemã. Esse fato estimulou a demanda de professores dessas línguas (PARANÁ, 2008).

Constata-se que emergem escolas de idiomas salientando-se relevante aumento da procura por aulas de espanhol. Primeiramente um público mais diferenciado, adulto, executivos e empresários que pelo intercâmbio econômico e cultural com os países latino americanos componentes do MERCOSUL necessitam aprender tal idioma, no entanto, a busca não se limitou a este público. Para o MEC (1998), a disciplina de língua estrangeira deveria contribuir tanto para a formação do aprendiz quanto para o acesso ao conhecimento e à reflexão sobre as civilizações estrangeiras e tradições de outros povos, estando ligada ao processo facilitador de aquisição cultura.

Na opinião de Picanço (2003, p. 33):

O espanhol, que até então não havia figurado como componente curricular, é escolhido para compor os programas oficiais do curso científico, que pertencia à escola secundária. Na época, os conteúdos privilegiados pelos professores de línguas vivas eram a literatura consagrada e noções de civilização, ou seja, história e costumes do país onde se fala a língua estrangeira.

Pelo fato de não ser apenas a língua mãe de mais de 332 milhões de pessoas, na sua maioria concentrada em dois continentes da nossa era (Europa e América), mas também por desempenhar um papel crucial em vários aspectos do mercado contemporâneo (SEDYCIAS, 2005, p. 36).

Salienta-se que diante da possibilidade de expandir negócios com os países vizinhos deram início a uma crescente corrida pela aprendizagem da língua latina, surgindo, assim, o espanhol voltou a ser vista como importante no cenário educativo

brasileiro. Caso específico do Brasil, com o advento do MERCOSUL, aprender espanhol deixou de ser um luxo intelectual para se tornar praticamente uma emergência. Além do MERCOSUL, que já é uma realidade, temos ao longo de toda nossa fronteira um enorme mercado, tanto do ponto de vista comercial como cultural. Porém, esse mercado não fala o nosso idioma (SEDYCIAS, 2005, p.35).

Outro fator importante a ser observado na opinião de Moreno Fernández (2005), trata-se sobre a presença da opção pela língua espanhola nas provas de língua estrangeira dos vestibulares contribuiu para o aumento de alunos interessados pelo idioma no Ensino Médio e nos cursinhos pré-vestibulares.

De acordo com a Lei nº. 11.161,(2005), a língua espanhola deve ser oferecida obrigatoriamente nas escolas públicas e privadas no ensino médio, sendo facultativa a implementação nos currículos plenos de ensino fundamental – ciclo II. Conforme a lei. Como consta no art. 1º: ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio. § 1º O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta Lei.Podendo citar ainda o art. 3º, onde os sistemas públicos de ensino implantarão Centros de Ensino de Língua Estrangeira, cuja programação incluirá, necessariamente, a oferta de língua espanhola.

Richards e Rodgers (1986) ao citar Howatt distinguem o ensino comunicativo pela utilização da língua para o processo de comunicação e também para o processo de aprendizagem da própria língua. Os autores, ainda destacam entre suas características, quatro principais: a língua é um sistema para expressar significado; sua função primordial é a interação e comunicação; a estrutura da língua reflete usos funcionais e comunicativos e as unidades fundamentais da língua não são apenas as dos aspectos gramaticais e estruturais, tendo também as características de significação funcional e comunicativa manifestada no discurso.

O sistema educacional a partir de 1950, iniciou a meta de preparar os alunos para um potencial mercado de trabalho, assim, as diretrizes, o ensino de língua estrangeira moderna, na educação básica, propõe superar os fins utilitaristas, pragmáticos ou instrumentais que historicamente têm marcado o ensino desta disciplina.

Desta forma, espera-se que o aluno use a língua em situações de comunicação oral e escrita; vivencie, na aula de língua estrangeira, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;compreenda que os

significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social; tenha maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade; reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país (PARANÁ, p. 56, 2008).

A língua estrangeira deve ser utilizada de forma relevante de modo a propiciar a inclusão social e cultural dos mesmos.

O processo de inserção da língua espanhola no Colégio Presidente Roosevelt, com alunos do sexto ao nono ano se deu da seguinte maneira: organizou-se pesquisas de reconhecimento dos países que utilizam língua materna, desenvolveu-se pesquisa e diálogos em sala sobre a influência da língua espanhola no Brasil; foram incentivados a soletrar e compreender palavras em língua espanhola; promoção de diálogos, reconhecimento de sons e associação as letras do alfabeto, bem como, interpretação e tradução de vocábulos e na sequência realizou-se oficinas de língua espanhola envolvendo atividades culturais.

As ações aplicadas nas aulas no Colégio Presidente Roosevelt segue ainda as propostas norteadoras da formação de professores de língua estrangeira para o ensino médio tem que observar as diretrizes, apresentadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e, sobretudo, os PCN (MEC, 2006), onde se trabalham as competências e habilidades.

O conceito de habilidades e competências vem sendo utilizado nos sistemas de avaliações nacionais, conforme citados anteriormente. Por exemplo, as orientações do SAEB (2008), apontam que as habilidades são relacionadas à prática do saber fazer e surgem das competências já desenvolvidas que se transformam em habilidades

Portanto de acordo com Demo (2010), aprender a aprender é uma habilidade/competência que está relacionada com a aprendizagem da vida toda.

Este conceito pressupõe uma formação capaz de intervir, como também de caráter propedêutico, o qual que envolve a construção do conhecimento e a capacidade de utilizá-lo para intervir e fazer história (DEMO, 2004).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização pede que o cidadão tenha uma nova visão de mundo, no espaço escolar um dos pontos em comum ao novo processo civilizatório, a aprendizagem de línguas, principalmente a espanhola atua como ação integradora de novos saberes e potencialidades, ao se desenvolver habilidades lingüísticas dos alunos possibilita-se inseri-los a um novo patamar de socialização, conhecimento e cidadania.

Dessa forma as ações realizadas no processo de inclusão e manutenção das crianças de classes menos favorecidas na escola apoiada pelo programa Bolsa família, vem proporcionar um mecanismo de proteção que também é responsável por garantir a ampliação das responsabilidades familiares, percebe-se assim um progresso sutil no sistema educacional, num sentido mais profundo, compreende a educação dos sentimentos, da sensibilidade e da sociabilidade em geral; como formadora de identidade e de subjetividade.

Assim diante do que foi proposto pelo Curso de Especialização Educação , Pobreza e Desigualdade Social, o mesmo forneceu ferramentas e contribuiu positivamente para o desenvolvimento dos trabalhos realizados com os alunos, uma vez que os mesmos perceberam a importância em aprender o idioma espanhol como forma de inclusão no processo de cidadania e desenvolvimento integral, pois, sabe-se que a escola é umas das responsáveis na formação de cidadãos críticos e preparados para interagir no mundo social, cultural e intelectual, a partir do uso da leitura e escrita, aliando-se a isso, o ensino da língua espanhola, e especificamente no caso deste projeto de pesquisa, vem contemplar o cidadão com novas possibilidades, além de minimizar as consequências das desigualdades sociais.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. RJ, Paz e terra, 1995.

BRASIL. **Pobreza e Cidadania**. (org): Pinzani, A.; V, L, Rego. ME. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 11.161, de 05 de agosto de 2005**. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília : MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Linguagens, códigos e suas tecnologias** . Secretaria de Educação Básica. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, ORG. Lynn Mário T. Menezes de Souza; Walkyria Monte Mór (Orientações curriculares para o ensino médio ; volume 1. 2007.

\_\_\_\_\_. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Secretaria de Educação Básica, FNDE. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BENEDETTI, A. M. **Variação lingüística e gerenciamento do erro: repensando a prática docente**. In: FREIRE, M. M.; ABRAHÃO, M. H. V.; BARCELOS, A. M. F. (Orgs.). **Lingüística Aplicada e contemporaneidade**. São Paulo: ALAB; Campinas: Pontes, 2005.

BARROS, R, P, de; Henriques, R; Mendonça, R. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Disponível em: <<http://www.cielo.br/pdf/rbc/v15n42/1741>>. Acesso em 10-08-2016.

BARROS, R, P, de; CARVALHO, M, de; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CARDIM, P. **Educação e vida profissional: Sucesso garantido**. Disponível em: <http://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos/educacao-e-vida-profissional-sucesso-garantido>. Acesso em 23-08-2016.

CUNHA, R. **Transferência de renda com condicionalidades, a experiência do Programa Bolsa Família**. Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil, Brasília, 2009.

CRESPO, S. G. **Mundo tem 1,5 bilhão de pessoas na pobreza, diz estudo da ONU**. Disponível em: <<http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2014.07/07/24/mundo-tem-15-bilhao-de-pessoas-na-pobreza-diz-estudo-daonu/>> Acesso em 10-08-2016.

DAMAS, S, N. **Pobreza e Exclusão Social**. Disponível em <http://www4.fe.uc.pt/>

fontes/trabalhos /2009017.pdf .Acesso em 20-08-2016.

DEMO, P. **Habilidades e competências no século XXI**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DELGADO, G. Política social e distribuição de renda no Brasil. In: BALTAR, P. et al. (Orgs.). Salário mínimo e desenvolvimento. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, 2005.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIDDENS, A. Sociologia. Tradução: Sandra Regina Netz. 4 ed. Porto Alegre: Artmed,2005.

IAN,L. Criança o Futuro do Brasil. SP.Livraria da Física,2009.

LAVINAS, L. ; Varsano, R. Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza. Brasília: IPEA,1997.

LINTON, Ralph. O homem: uma introdução à antropologia. [tradução de Lavínia Vilela]. – 12ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARTINELLI, M. Aulas de Transformação. 4ª ed. São Paulo: Peirópolis,1996.

MORENO FERNANDEZ, F. El Español en Brasil. In: SEDYCIAS, João (Org). O Ensino do Espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: parábola Editoria, 2005.

MUNIZ, C, D. IFRN ; Cavalcante, I, F. O Lugar da Literatura no Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira.<Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/viewFile/345/285>.>Acesso em: 21-09-2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Língua espanhola. Curitiba, 2009.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação Básica Língua Estrangeira Moderna, Governo do Paraná Secretaria de Estado Da Educação do Paraná Departamento de Educação Básica.2009.

PINZANI,A;Rego,W,L. Pobreza e cidadania.Modulo I-Curso de especialização pobreza e desigualdade social.

PICANÇO, D. C. L. **História, memória e ensino de espanhol** (1942-1990). Curitiba.UFPR, 2003.

PNUD, **Rede de laboratórios acadêmicos para acompanhamento dos objetivos do milênio**. coleção de estudos regionais sobre os objetivos do milênio. Belo Horizonte: Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável – IDHS, 2007.

PARANÁ.SECADI/MEC.**Cidadania e democracia**.Modulo 1. Curso de especialização

Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Coordenação Nacional da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social- SECADI/MEC. (org): Simone Medeiros – SECADI/MEC.2008.

RICHARDS, J. C. & RODGERS. **Approaches and Methods in Language Teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

ROCHA, S. **Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda**. Rio de Janeiro: R. Econ. Contemp, 2005.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**, 33. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2

SOUSA, A, P de; Prado, S, L, N; Freitas, J, M. **Pobreza: Uma Análise segundo Antony Giddens**. Disponível em <http://www.faculdadescearenses.edu.br/revista2/edicoes/vol8-2-2014/artigo5.pdf>> acesso em 16-06-2016.

SETUBAL, M, A,. **Ensinar e aprender: reflexão e criação**.Vol. 1. SP. USP, 2000.

SCHWARTZMAN, S. **Redução da desigualdade, da pobreza e os programas de transferência de renda**,(2006).Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000284&pid=soo34-7140201100030000300059&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000284&pid=soo34-7140201100030000300059&lng=en).Acesso em 20-08-2016.

SEDYCIAS, J. (Org). **O Ensino do Espanhol no Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo: Parábola Editoria, 2005.

TIBA,I. **Ensinar aprendendo** :novos paradigmas na educação. 18. ed. rev. e atual. SP : Integrare, 2006.

**ANEXOS**

**COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE ROOSEVELT**  
**- Ensino Fundamental, Médio e Normal -**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

Eu, Solange Pastio , Diretora do Colégio Estadual Presidente Roosevelt, RG N° 33529970 CPF N°557.102.809-25 autorizo Maria de Lurdes Delmondes portadora do RG: 3.505.660-2 e CPF: 332.958.409-20, professora de Língua Espanhola a utilizar o nome do Colégio para a realização do Projeto de Pesquisa sobre a Importância da Língua Espanhola para a transformação cultural e cidadã dos alunos da 6º ao 9º ano do Colégio Presidente Roosevelt, que tem por objetivo primário, analisar como o Cidadão se percebe participante de um grupo social a que está inserido e como a Cultura da Língua Espanhola pode ser um instrumento construtivo na formação do mesmo.

Guairá, 04 de novembro de 2016.

Solange Pastio Guerini  
Diretora - RG: 3.352.997-0  
Res. nº 741/16 - D.O.E de 04/03/16